

# O VOTO DO RELATOR VALE MAIS? A ANCORAGEM EM JULGAMENTOS COLEGIADOS

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos em Psicologia Cognitiva indicam que as pessoas utilizam-se de heurísticas, isto é, atalhos mentais inconscientes a fim de facilitar os seus processos decisórios. Esses automatismos, quando da tomada de decisões, levam potencialmente a erros sistemáticos, identificados como vieses cognitivos. Entre aqueles já documentados cientificamente, está a ancoragem, definida como a atribuição de um peso desproporcional pela mente, ao decidir, à primeira informação recebida (a “âncora”). Ninguém é imune aos seus efeitos, nem mesmo profissionais acostumados à tomada de decisões complexas – como os juízes.

Em uma concepção tradicional do Processo Civil, o peso do voto do relator nos acórdãos é rigorosamente igual ao dos votos dos demais integrantes do órgão colegiado, consoante o disposto no art. 941 do CPC/2015. Mas, na prática, é de conhecimento comum de operadores do Direito que a perspectiva inicial do relator é parâmetro decisivo e interfere consideravelmente na ponderação dos demais julgadores diante do caso, sendo potencialmente mais influente no resultado do julgamento.

## 2. OBJETIVOS

- A partir de exame interdisciplinar, investigar a intensidade com que a ancoragem se manifesta na tomada de decisão judicial em julgamentos colegiados;
- Indicar estratégias cogitáveis para se amenizar dentro do possível a incidência desse viés cognitivo quando da tomada de decisões no âmbito do processo judicial.

## 3. METODOLOGIA

Elaborou-se experimento junto à comunidade acadêmica da Faculdade de Direito da UFRGS, nos níveis de Graduação e Pós-Graduação, consistente em formulário apresentando um caso-teste, com a simulação de julgamento colegiado envolvendo Responsabilidade Civil. Solicitou-se aos participantes voluntários, imaginando-se na condição de segundo julgadores de uma apelação cível, a quantificação de indenização por dano moral em caso de erro médico. Em metade dos formulários, o voto do relator apontava R\$ 5.000,00 de indenização e, na outra metade, R\$ 50.000,00, sem qualquer outra diferença nos formulários apresentados.

Com a análise dos dados obtidos, pretende-se averiguar a intensidade dos efeitos da âncora e a sua variabilidade em relação a alguns fatores psicossociais.

Pesquisador: Mártin Barcellos Gawski<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Kochenborger Scarparo<sup>2</sup>



## 4. CONCLUSÕES PARCIAIS

- A ancoragem afeta todas as pessoas, podendo variar em intensidade conforme alguns fatores psicossociais, mas não é plenamente evitável;
- Esse viés cognitivo parece ser significativamente incidente nos processos decisórios judiciais;
- Estatisticamente se demonstra que o voto do relator vale mais que os votos dos demais julgadores, pois baliza a sua apreciação e serve como âncora para as avaliações subsequentes dos demais;
- É possível adotar algumas estratégias para se amenizar dentro do possível a incidência da ancoragem quando da tomada de decisões no âmbito do processo judicial.

## 5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Juarez. *A Hermenêutica Jurídica e a Ciência do Cérebro: Como Lidar com os Automatismos Mentais*. In Revista da AJURIS, v. 40, n. 130, junho de 2013, pp. 223-244.

HAMMOND, John S.; KEENEY, Ralph L.; RAIFFA, Howard. *The Hidden Traps in Decision Making*. In HARVARD BUSINESS REVIEW. On Making Smart Decisions. Boston: Harvard Business School Publishing Corporation, 2013. Pp. 1-19.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011. 499 pp.

\_\_\_\_\_. *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases*. In Science, vol. 185, n. 4.157, 1974, pp. 1124-1131.

\_\_\_\_\_; TVERSKY, Amos. *Choices, Values, and Frames*. In American Psychological Association, vol. 39, n. 4, 1984, pp. 341-350.

KALIL, Lisiane Lindenmeyer. *Julgamento e Tomada de Decisão no Âmbito Jurídico: Uma Abordagem da Psicologia Cognitiva*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 92 pp.

PRADO, Lídia Reis de Almeida. *O Juiz e a Emoção: Aspectos da Lógica da Decisão Judicial*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2013. 196 pp.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e Ideologia: O Paradigma Racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 342 pp.

TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 7ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. 856 pp.

<sup>1</sup> Graduando (5º ano) em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. martingawski@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. scarparo@ufrgs.br